

**14. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2017
– MUNICÍPIO DE BRAGA (LEI Nº 73/2013, ARTº. 75º, DE 3 DE
SETEMBRO):**

Junto se remete para aprovação do Executivo Municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2017, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.

PARECERES/INFORMAÇÕES

À Excm.ª. Presidente da Câmara
Municipal, apresentando, submeter ao Excm.
Municipal.

2018/06/20




DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

À Excm.ª. Presidente da Câmara Municipal.

18/06/20

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG0018

DATA: 19/06/2018

ASSUNTO:

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2017

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Em cumprimento do disposto artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o Relatório de Contas Consolidadas de 2017, obrigatório para os municípios que detenham serviços municipalizados e ou participem no capital social de entidades do setor empresarial local.

Como nota prévia, sublinho o facto do Plano Oficial de Contas do Setor Público (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, não estabelecer os princípios e normas orientadoras subjacentes à consolidação de contas no âmbito do Setor Público.

Entretanto, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a orientação nº1/2010, "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", que estabelece um regime transitório em que "até à publicação de normas de consolidação de contas, previstas nos planos sectoriais ou de



norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos” naquela portaria.

Pelo exposto, as contas consolidadas do grupo autárquico cumprem, para além as orientações estabelecidas no diploma identificado no parágrafo anterior, as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Nos termos do disposto da mencionada portaria, e conforme estabelecido no ponto 5.2 da Orientação n.º 1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), os documentos de prestação de contas consolidadas, incluem, para além das diversas demonstrações financeiras como balanço e a demonstração de resultados e o respetivo anexo, o relatório de gestão consolidado.

Face ao exposto, e de acordo com o n.º 2 do artigo 76º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se que o Exmo. Presidente profira decisão no sentido de encaminhar os mencionados documentos para aprovação da Câmara Municipal e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação.

À consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sandro Louro

Relatório de Contas Consolidadas **2017**



BRAGA
Município

www.cm-bragapt

Esta página ficou propositadamente em branco

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS 2017

Praça do Município
4700-435 Braga
www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

Índice Geral

1. NOTA PRÉVIA.....	5
2. ENQUADRAMENTO LEGAL	7
3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA.....	8
3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM	8
3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM.....	8
3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.	9
3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.....	9
3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.	10
4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL	11
5. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	17
5.1. Demonstração de Resultados Consolidados	17
5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos	18
5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos	20
5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado.....	22
5.2.1. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado.....	22
5.2.2. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado	24
5.3. Indicadores de Análise	26
5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal.....	28
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	30
7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	34
I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	34
II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	37
III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação	37
Não aplicável.IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	40
V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	42
VI- Informações relativas a compromissos	42
VII- Informações relativas a políticas contabilísticas	43
VIII – Informações relativas a determinadas rubricas.....	44

Índice de Ilustrações

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados.....	17
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados.....	18
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados	20
Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado	23
Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados ...	24
Quadro 6 – Rácios de Liquidez	26
Quadro 7 – Rácios de Solvabilidade	27
Quadro 8 – Rácios de Endividamento	27
Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício.....	36
 Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados.....	 19
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados	21
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado	23
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado	25

1. NOTA PRÉVIA

A prestação de contas está intimamente ligada à transparência e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei, mas, adicionalmente, refletir a obrigação de garantir a transparência no uso dos recursos públicos. A prestação de contas é um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Desta feita, a informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Municipal de Braga apesar de suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma entidade, não é, no entanto, suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do Grupo Municipal.

Assim, com este documento, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Melhorar o processo de tomada de decisão;
- Potenciar o controlo;
- Melhorar a informação financeira do grupo;
- Implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- Facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI) prevê-se, no artigo 75.º, a obrigatoriedade de os Municípios, elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Deste modo, no sentido de avaliar de forma integrada o conjunto de atividades desenvolvidas foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.
- Teatro Circo de Braga E.M., S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Como nota referencial, sublinhamos o facto do Plano Oficial de Contas do Setor Público (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, não estabelecer os princípios e normas orientadoras subjacentes à consolidação de contas no âmbito do Setor Público. Entretanto, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a orientação nº1/2010, “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, que estabelece um regime transitório em que “até à publicação de normas de consolidação de contas, previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos” naquela portaria.

Pelo exposto, as contas consolidadas do grupo autárquico cumprem, para além as orientações estabelecidas no diploma identificado no parágrafo anterior, as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Nos termos do disposto da mencionada portaria, e conforme estabelecido no ponto 5.2 da Orientação n.º 1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), os documentos de prestação de contas consolidadas, incluem, para além das diversas demonstrações financeiras como balanço e a demonstração de resultados e o respetivo anexo, o relatório de gestão consolidado.

Assim, o relatório de gestão consolidado contém uma breve análise dos principais agregados, uma vez que a análise detalhada já consta das prestações de contas individuais.

Em relação à apresentação do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidados, estes foram elaborados tendo por base o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, e o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades onde exerce influência significativa.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O disposto presente no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (REFAIL), prevê a obrigatoriedade de elaboração de Consolidação de Contas dos Municípios, Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas com as entidades detidas ou participadas.

Prevê ainda, o mesmo artigo, a definição de grupo autárquico, sendo este composto pelo município, pelas entidades intermunicipais ou entidades associativas e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade com a finalidade de beneficiar das suas atividades.

O nº 5 do art.º 75º do REFAIL estipula ainda a existência de controlo quando se verifica, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou resultado:

- a) a faculdade de vetar orçamentos;
- b) a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade;

Ainda relacionado com a temática abordada, o disposto no n.º7 do art.º 75º do REFAIL, determina quais os documentos que devem fazer parte da prestação de contas consolidadas, compreendendo o relatório de gestão e as demonstrações financeiras abaixo indicadas:

- a) Balanço Consolidado;
- b) Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- c) Mapa de Fluxo de Caixa Consolidados e Operações Orçamentais;
- d) Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, com principal foco na divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, o mapa de endividamento médio-longo prazo consolidado e o mapa da dívida bruta consolidada, decomposto por maturidade e natureza.

Em suma, e em concordância com os normativos em vigor designadamente o art.º 75º n.º 4 al. b) e a Lei n.º 50/2015, de 31 de Agosto as entidades que constituem o perímetro de Consolidação do Município de Braga podem classificar-se como entidades de Natureza Empresarial.

3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, E. M. (TUB/EM), capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos.

Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com mais de 340 funcionários, com cerca de 142 viaturas, tendo, em 2017, transportado cerca de 11.659.855 passageiros, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 6 milhões de euros.

3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de Janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público

destinado a selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de Abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com mais de 521 funcionários, com mais de 80.000 clientes e uma faturação anual superior a 30 milhões de euros.

3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 21 de Junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com mais de 37 funcionários, gerindo um parque habitacional constituído por 600 habitações e 14 lojas, tendo, em 2017, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) superior a 1 milhão de euros.

3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM, SA, tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 29 colaboradores, tendo em 2017, realizado um conjunto de 384 atividades para um público total de 94.948 pessoas, tendo atingido um volume de negócios próximo do 1 milhão de euros.

3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para Braga, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais;
- e) tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- f) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização

A InvestBraga conta com 33 colaboradores tendo, em 2017, atingindo um volume de negócios próximo dos 855 mil euros.

4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2017, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às restantes entidades que compõe o Grupo Autárquico, evidenciam-se os seguintes resultados:

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. (TUB)

Em 2017, os Transportes Urbanos de Braga, continuaram pelo quarto ano consecutivo a aumentar o número de passageiros transportados e o volume de negócios. Conseguiram não só um aumento de 4,4% no número de passageiros transportados (11.659.855 passageiros) mas também um aumento de volume de negócios de 4,7% (o volume de negócios atingiu o valor de 6,2 milhões de euros).

Com efeito, em 2017, comparativamente com o período anterior, foram mais cerca de 500 000 passageiros transportados, fixando-se um novo record num único dia de 52 005 passageiros transportados.

Durante o ano 2017 os TUB melhoraram a oferta e participaram ativamente na vida da Cidade, contribuindo de forma sustentável para a promoção da mobilidade e para a alteração do paradigma da mobilidade em Braga.

Por outro lado, a qualidade do serviço foi tida em consideração, com a admissão de 25 motoristas, criando assim emprego sustentável e sem precaridade. Fora ainda colocados ao longo do ano 2017 14 novas paragens e 2 novos abrigos para aumentar as condições de conforto dos clientes.

De igual modo, iniciou-se em 2017 o processo de aquisição de 31 autocarros elétricos, concretizando a aposta da empresa pela tração elétrica nos transportes públicos.

Em termos de desempenho económico-financeiro, os resultados alcançados em 2017 espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida tendo a empresa alcançado um capital próprio positivo de 228 mil euros, tendo apresentado um resultado líquido positivo de 62 mil euros.

De sublinhar que estes resultados, foram alcançados sem qualquer recurso a qualquer aumento de tarifário. Outrossim foram eliminadas todas as restrições aos titulares de passe de reformado alargando o horário de circulação dos mesmos.

Em suma, os TUB tem vindo a melhorar os seus resultados evidenciando não só o seu crescimento como também uma maior sustentabilidade do seu negócio. Mantendo a sua matriz de coesão territorial, servindo as 37 freguesias do concelho de Braga com 74 linhas regulares operadas por sua vez por 142 viaturas que percorrem quase 6 milhões de quilómetros.

Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE)

Em 2017, a AGERE apresenta uma situação económica e financeira que reflete uma boa performance da empresa em geral, num quadro de crescimento moderado da atividade (ano especialmente seco), alcançando um RLE de 6,2 milhões de euros e um EBITDA de 14,7 milhões de euros o qual foi alcançada essencialmente através da implementação de uma política de redução de custos. Assim, apesar dos novos e ambiciosos projetos realizados, a AGERE tem conseguido manter os seus rácios financeiros acima da média, com a estabilização do rácio de autonomia financeira em 54%.

O ano de 2017 ficou marcado, pela primeira vez na história da empresa, por uma redução do tarifário em 2,5%. Para além da descida dos valores dos serviços de água e saneamento a tarifa de resíduos sólidos dos utilizadores não domésticos reduziu 5% em manteve-se inalterada para os utilizadores domésticos o que acontece desde de 2014.

Durante o ano 2017, destaca-se ainda, a aposta que a AGERE no sentido de se tornar uma referência em termos nacionais a nível de telemetria e telegestão. Neste sentido, foram instalados cerca de 2,1 mil contadores com telemetria, perfazendo um total de 53 mil e perspetivando aumentar o recurso a esta tipologia de equipamentos.

Em 2017, a AGERE registou um rácio de água não faturada de apenas 13,9%, o que coloca a empresa num patamar de excelência ao nível da redução das perdas de água.

A ERSAR em 2017, divulgou um estudo benchmarking que coloca novamente a água da rede pública de Braga entre as mais baratas dos país e entre as que tem maior qualidade, apontando ainda, o serviço de distribuição como um dos mais eficientes.

É ainda de destacar a conclusão da obra de instalação de equipamentos e fases de tratamento adicionais na ETAR de Frossos que assegurará a redução do impacto na zona hídrica sensível e sobre a população existente nas imediações, através da implementação de diversas medidas mitigadoras do impacto.

Foram submetidas e aprovadas 15 candidaturas a apoios comunitários, no âmbito do POSEUR, para a execução de ampliações de redes de abastecimento de água (7,5 km) de drenagem de águas residuais (37,8 km).

Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (Bragahabit)

A BragaHabit desempenha uma função primordial no apoio aos cidadãos mais desfavorecidos, nomeadamente através dos apoios à habitação. Durante o ano de 2017 deram entrada na Bragahabit 579 pedidos de apoio à habitação, correspondendo a uma subida de 75% quando comparado com os do ano anterior.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística as rendas sociais cobradas em Braga caíram abaixo da média nacional. Em 2012 a renda média era a mais alta entre os 26 concelhos do Minho, passando para o segundo mais baixo em 2017.

Em 2017, foram concluídos os projetos de reabilitação e regeneração dos bairros sociais de habitação da DS. Tecla e Enguardas, projetos que deram origem à apresentação de candidatura ao apoio financeiro comunitário Norte2020.

Regista-se também a demolição do bairro da ponte dos Falcões e a alienação do respetivo terrenos à empresa municipal de Transportes Urbanos de Braga.

O ano 2017 ficou ainda marcado pela concretização do projeto de informatização geral da Bragahabit, com a adjudicação à empresa vencedora do concurso público para a criação e implementação de um Sistema de Gestão de Informação Integrada na Bragahabit, que irá modernizar os serviços desta empresa municipal, visando a diminuição de erros, a maximização da

eficácia dos serviços e garantia de uma maior eficiência na diminuição das necessidades dos mais desfavorecidos.

A Bragahabit, no decorrer do ano 2017, continuou a responder positivamente à prestação de serviços de apoio socioeducativos, designadamente no apoio efetuado aos pais na receção dos seus filhos, na ocupação dos seus tempos livres e no serviço de refeições e qualidade.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2017 um resultado líquido negativo de 908 mil euros. Porém, este resultado não é comparável com os anos anteriores uma vez que incorpora situações extraordinárias e não repetíveis, designadamente referente à venda do terreno à empresa municipal TUB, e a doação ao Município de Braga do bloco habitacional de Sta. Tecla, que teve que ser incorporado no património da autarquia para efeitos de concurso aos apoios do Norte 2020.

Assim, excluindo as operações extraordinárias mencionadas no parágrafo anterior, os resultados anuais de Bragahabit apresentariam um valor positivo de cerca de 64 mil euros.

Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. (Teatro Circo)

Estabilidade e consolidação foram as palavras-chave para o ano 2017 no Teatro Circo. Após três anos fortemente condicionados por um processo de validação externa da sustentabilidade da empresa, obrigando a restrições no desenvolvimento regular da sua atividade, 2017 marca o início de um novo ciclo.

Fruto desta estabilidade e consolidação financeira, o Teatro Circo pôde, finalmente, estabelecer compromissos de mais longo prazo com os agentes nacionais e internacionais, assumindo alguns projetos em coprodução, arriscando em produções mãos onerosas e conseguindo responder a exigências de iniciativas mais complexas que resultaram na apresentação de eventos únicos nesta sala de espetáculos, enriquecendo o programa cultural e prestando um melhor serviço público à população da cidade de Braga.

Este maior dinamismo refletiu-se também ao nível do serviço educativo que cresceu em quantidade e qualidade, apresentando uma programação mais regular e experimentando novas ações e formatos de trabalho com os públicos.

Este novo período de estabilidade permitiu também iniciar um percurso de reformulação e otimização da gestão interna do Teatro Circo, designadamente, ao nível dos procedimentos, recursos humanos e equipamentos.

Em termos económico-financeiro, o ano 2017, foi de igual modo notável para o Teatro Circo. Encerrou com resultado positivo (37 mil euros), reduziu o passivo ao mínimo registado desde a reabertura com um financiamento bancário próximo do zero, apresentando ainda excedentes e tesouraria.

InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M. (InvestBraga)

A InvestBraga, criada por este executivo como agência para a dinamização económica do concelho, consolidou-se em 2015 e é hoje considerada um sucesso na captação de investimento e atratividade para Braga, sendo a sua atividade reconhecida como uma mais-valia.

No decurso do ano de 2017, a área de dinamização económica e de atração de investimento da InvestBraga recebeu investidores promotores de mais de 102 projetos de investimento, dos quais acompanhou e apoiou 99 projetos em diversos setores de atividade.

Do total dos projetos trabalhados, 25 são de origem internacional. São maioritariamente projetos de média e grande dimensão, de base industrial e do setor dos serviços.

Os restantes 74 projetos são de origem local e nacional. São projetos de diferentes dimensões e desenvolvem-se em múltiplos setores de atividade.

Os serviços prestados pela InvestBraga no decurso de 2017 foram muito diversos, visando responder às necessidades dos investidores, nomeadamente no âmbito do Espaço do Investidor, sendo que no decurso do ano foram realizados 102 atendimentos a potenciais investidores.

No âmbito da diplomacia económica entre Braga e outros países, em 2017, foram organizadas visitas a Braga de 10 Embaixadores estrangeiros em Portugal.

Com o objetivo de promover os casos de sucesso empresarial existentes na região, em 2017, a InvestBraga organizou 4 visitas a empresas da região.

No âmbito da estratégia +Indústria, em 2017 foi assinado o protocolo entre a InvestBraga, o Município de Braga, a AlMinho e diversas empresas do concelho com o objetivo de definir um modelo de gestão para o Parque Industrial de Sobreposta.

No ano 2017, a Startup Braga recebeu mais de 100 candidaturas para os programas em vigor e recebeu mais de 3000 participantes nas mais de 600 horas de eventos, workshops e sessões de formação desenvolvidos.

Ao nível das feiras, congressos e eventos, o ano 2017 foi significativamente marcado pelo arranque das obras de requalificação e modernização do Parque de Exposições de Braga, com a consequente indisponibilidade de instalações.

Em termos financeiros, o exercício 2017 encerra com um resultado negativo em cerca de 232 mil euros, como resultado extraordinário, por um lado, da quebra da atividade da Unidade de Feriras, Congressos e Eventos marcado pelo início das obras de reabilitação das instalações, e pro outro lado, pela aumento dos encargos com alugueres de instalações, policiamento da feira semanal e outros.

5. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de Dezembro de 2017.

5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de Custos no montante de 121 milhões de euros e de Proveitos no valor de 127 milhões de euros, obtendo-se um Resultado Líquido do Exercício sem os interesses minoritários 2,882 milhões de euros.

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados

	2016	2017
Custos e Perdas		
CMVMC	3 216 577	3 751 537
FSE	33 303 693	35 263 862
Pessoal	42 399 681	43 653 617
Transferências e subsídios	9 780 757	9 534 808
Amortizações do exercício	20 019 880	19 758 965
Provisões	1 428 015	1 452 398
Outros custos operacionais	2 617 496	2 858 057
Custos e perdas financeiros	879 034	796 402
Custos e perdas extraordinários	6 352 524	3 611 930
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	119 997 657	120 681 578
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestações de serviços	42 493 266	39 394 502
Impostos e taxas	44 268 422	48 536 792
Proveitos Suplementares	160 311	198 146
Transferências e subsídios correntes obtidos	29 588 747	30 191 474
Trabalhos para a própria entidade	1 582 419	709 388
Outros proveitos operacionais	0	80 173
Proveitos e ganhos financeiros	308 221	3 225 587
Proveitos extraordinários	6 174 686	4 285 577
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	124 576 072	126 621 638
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4 578 415	5 940 060
Interesses minoritários	-2 891 411	-3 057 596
RESULTADO LÍQUIDO APÓS INTERESSES MINORITÁRIOS	1 687 004	2 882 465

5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos

O quadro infra reflete os custos incorridos pelo grupo nos anos de 2016 e 2017 e respetivas variações absolutas e relativas.

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados

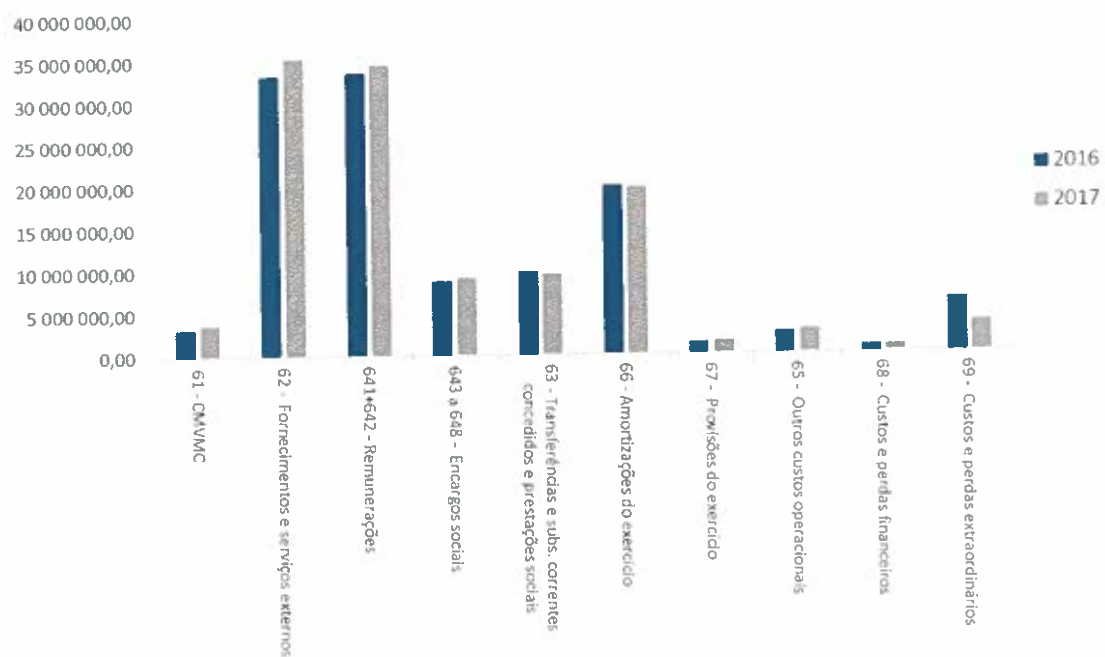
Descrição	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	Variação 2017/2016%
61 - CMVMC	3 216 577	3 751 537	3,11%	534 960	16,63%
62 - Fornecimentos e serviços externos	33 303 693	35 263 862	29,22%	1 960 169	5,89%
64 - Custo com o pessoal	42 399 681	43 653 617	36,17%	1 253 936	2,96%
63 - Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	9 780 757	9 534 808	7,90%	-245 949	-2,51%
66 - Amortizações do exercício	20 019 880	19 758 965	16,37%	-260 914	-1,30%
67 - Provisões do exercício	1 428 015	1 452 398	1,20%	24 383	1,71%
65 - Outros custos operacionais	2 617 496	2 858 057	2,37%	240 560	9,19%
68 - Custos e perdas financeiros	879 034	796 402	0,66%	-82 633	-9,40%
69 - Custos e perdas extraordinários	6 352 524	3 611 930	2,99%	-2 740 594	-43,14%
Total	119 997 657	120 681 578	100,00%	683 920	0,57%

Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2016-2017), realça-se os seguintes pontos:

- (i) **a diminuição dos custos extraordinários na ordem dos 2,7 milhões de euros** - justificado pelo fato de no exercício anterior estarem refletidos o custo associado à doação de terrenos ao SCBraga, refletido nas demonstrações financeiras individuais do município;
- (ii) **o crescimento de 1,96 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos** – que resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município;
- (iii) **o aumento dos custos com o pessoal em 1,3 milhões de euros** - este crescimento é justificado pela atualização do salário mínimo nacional e respetivos encargos sociais, pela reversão da sobretaxa e, no caso do município, pelo aumento do número de colaboradores.

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos custos consolidados.

Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados



5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2017 um aumento global dos seus proveitos em 2 milhões de euros, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 1,64%.

Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados

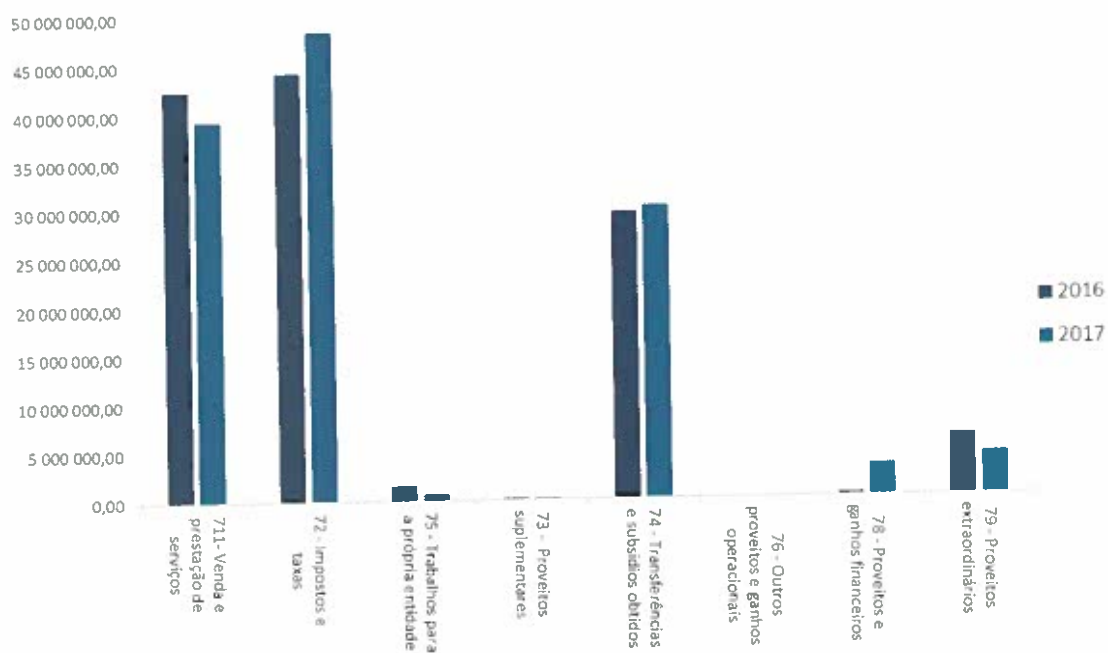
Descrição	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	Variação 2017/2016 %
7111 - Venda de mercadorias	9 721	0	0,00%	-9 721	-100,00%
7112+7113 - Venda de produtos	7 730 095	8 005 176	6,32%	275 081	3,56%
712 - Prestações de serviços	34 753 450	31 389 326	24,79%	-3 364 124	-9,68%
72 - Impostos e taxas	44 268 422	48 536 792	38,33%	4 268 370	9,64%
75 - Trabalhos para a própria entidade	1 582 419	709 388	0,56%	-873 031	-55,17%
73 - Proveitos suplementares	160 311	198 146	0,16%	37 835	23,60%
74 - Transferências e subsídios obtidos	29 588 747	30 191 474	23,84%	602 727	2,04%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	0	80 173	0,06%	80 173	0,00%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	308 221	3 225 587	2,55%	2 917 366	946,52%
79 - Proveitos extraordinários	6 174 686	4 285 577	3,38%	-1 889 109	-30,59%
Total	124 576 072	126 621 638	100,00%	2 045 566	1,64%

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **o aumento na rubrica de impostos e taxas, na proporção de 4,3 milhões de euros** – é explicado pela variação ocorrida nas demonstrações financeira da entidade mãe, designadamente por uma maior arrecadação de receita de IMT (+2,8 milhões de euros) e IMI (+830 mil euros) bem como dos impostos indiretos (+ 603 mil euros), em consequência do maior dinamismo da atividade económica registada no exercício;
- (ii) **a diminuição na rubrica prestações de serviços em 3,4 milhões de euros e o aumento de 2,9 milhões de euros nos proveitos e ganhos financeiros** – resulta da variação contabilizada nas demonstrações financeiras individuais do município, nomeadamente, na reclassificação da natureza do proveito, concessão da EDP, que deixou de ser contabilizado na conta de prestação de serviços, passando em 2017 para proveitos financeiros;
- (iii) **a diminuição na rubrica de proveitos extraordinários de 1,9 milhões de euros** - resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município.

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados



Finalizada a análise à estrutura de custos e proveitos pode concluir-se que a evolução é bastante positiva, uma vez que os proveitos são bastante superiores aos custos originando um resultado líquido do exercício após interesses minoritários de 2.882.464,91€.

5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

Através da análise do balanço é possível analisar a situação financeira do grupo municipal a 31 de Dezembro de 2017, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2016 e 2017.

	2016	2017
Imobilizado	577 424 775	595 358 808
Existências	799 083	853 397
Dívidas de terceiros	12 046 885	9 753 627
Disponibilidades	7 976 245	5 559 840
Acréscimos e diferimentos	32 712 217	33 688 928
ACTIVO	630 959 205	645 214 600
Património	189 434 336	191 459 843
Ajustamentos em partes de capital	4 863 534	5 147 643
Reservas	36 473 404	37 837 310
Resultados transitados	179 046 968	182 918 783
Resultado líquido do exercício	1 687 004	2 882 465
Interesses minoritários	28 526 023	29 603 474
FUNDOS PRÓPRIOS	440 031 270	449 849 518
Provisões para riscos e encargos	1 663 233	12 180 845
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	85 105 463	70 515 100
Dívidas a terceiros - curto prazo	26 749 383	33 063 854
Acréscimos e diferimentos	77 409 856	79 605 283
PASSIVO	190 927 935	195 365 082
FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	630 959 205	645 214 600

5.2.1. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado

O presente quadro apresenta o desmembramento do Ativo nas subcontas que o compõem e respetivos valores nos anos de 2016 e 2017, permitindo elaborar uma análise à sua evolução.

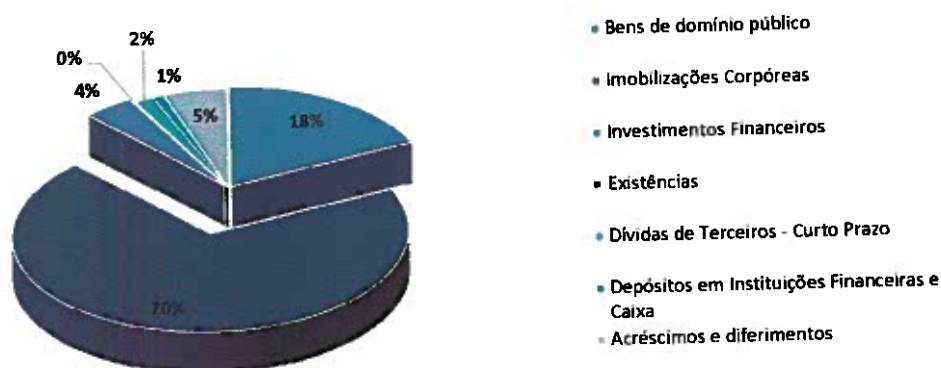
Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado

Descrição	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	Variação 2017/2016 %
Bens de domínio público	117 510 117	119 048 029	18,45%	1 537 912	1,31%
Imobilizações Incorpóreas	0	0	0,00%	0	0,00%
Imobilizações Corpóreas	433 232 178	449 904 156	69,73%	16 671 978	3,85%
Investimentos Financeiros	26 682 480	26 406 622	4,09%	-275 858	-1,03%
Existências	799 083	853 397	0,13%	54 314	6,80%
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos	0	0	0,00%	0	0,00%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	12 046 885	9 753 627	1,51%	-2 293 257	-19,04%
Títulos Negociáveis	0	0	0,00%	0	0,00%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	7 976 245	5 559 840	0,86%	-2 416 405	-30,30%
Acréscimos e diferimentos	32 712 217	33 688 928	5,22%	976 711	2,99%
Total	630 959 205	645 214 600	100,00%	14 255 395	2,26%

Relativamente às rubricas que constituem o Ativo Consolidado do Grupo, verificamos em 2017 um aumento de 2,26%, face ao mesmo período do ano passado, manifestado por um acréscimo efetivo de 14,3 milhões de euros.

Numa análise mais detalhada, verificamos que a rubrica de imobilizações corpóreas foi a que mais influenciou a variação ocorrida, com um aumento de 16,7 milhões de euros, em resultado do forte investimento registado nas demonstrações financeiras individuais do município.

Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado



5.2.2. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado

À semelhança das rubricas analisadas anteriormente, também a Estrutura de Fundos Próprios e Passivo registou um acréscimo no ano de 2017, ascendendo a um valor de cerca de 14,3 milhões de euros, evidenciado por uma variação relativa positiva de 2,26%.

Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados

Descrição	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	Variação 2017/2016 %
Fundos Próprios	440 031 270	449 849 518	69,72%	9 818 248	2,23%
Provisões para riscos e encargos	1 663 233	12 180 845	1,89%	10 517 612	632,36%
Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	85 105 463	70 515 100	10,93%	-14 590 363	-17,14%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	26 749 383	33 063 854	5,12%	6 314 471	23,61%
Acréscimos e Diferimentos	77 409 856	79 605 283	12,34%	2 195 428	2,84%
Total	630 959 205	645 214 600	100,00%	14 255 395	2,26%

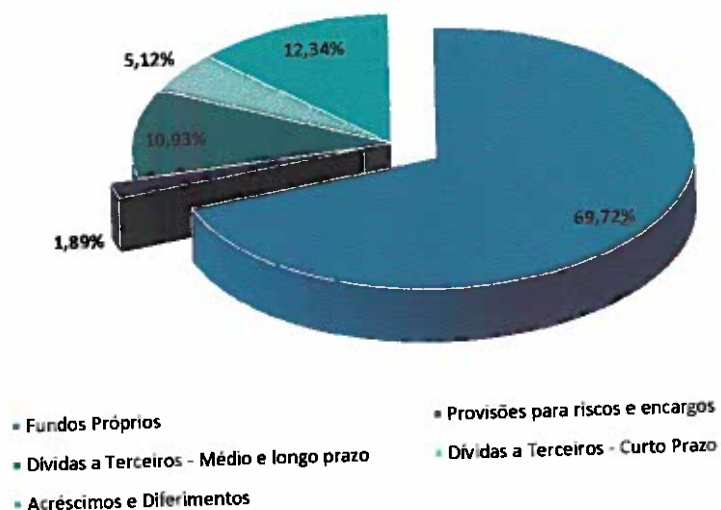
Relativamente aos **Fundos Próprios** registou em 2017 uma variação relativa de 2,23%, originando um aumento em termos absolutos de 9,8 milhões de euros. A explicação reside principalmente nas demonstrações financeiras individuais do município, resultado da variação positiva ao nível dos Resultados Transitados, de 5,6 milhões de euros, das Reservas em 1,4 milhões de euros e no Património em 2 milhões de euros. Esta última justifica-se pelo registo efetuado no exercício de 2017 do Mercado Municipal, em virtude do processo de inventariação do município não estar ainda concluído.

Relativamente às **dívidas de médio e longo prazo**, a variação verificada (-14,6 milhões de euros) reflete essencialmente, na ausência de contratação de novos financiamentos, o cumprimento do serviço da dívida.

A rubrica de **dívidas a terceiros de curto prazo** apresenta uma variação positiva de 6,3 milhões de euros, explicada essencialmente pelas contas do município, também em consequência do volume de investimento executado no exercício.

Em termos percentuais, verificamos que os Fundos Próprios representam 70%, sendo que os acréscimos e diferimentos representam 12% e as dívidas a terceiros de médio e longo prazo 11%.

Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado



5.3. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2017, estes indicadores apresentam uma evolução menos favorável, com especial relevo para o rácio de liquidez imediata (restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo do grupo) que apresenta uma variação negativa em 0,027 p.p. O grupo municipal ainda não possui em meios líquidos o montante necessário para fazer face as despesas imediatas.

Por outro lado, através do quadro seguinte é ainda possível verificar que o ativo circulante (49,9 milhões de euros) é inferior ao passivo circulante (112,67 milhões de euros), originando um rácio de Liquidez Geral de 0,442.

Quadro 6 – Rácios de Liquidez

Rácios e Indicadores de Liquidez	2016	2017
Ativo Circulante	53 534 429,72	49 855 792,35
Passivo Circulante	104 159 238,94	112 669 137,44
Liquidez Geral (LG)	0,514	0,442
Ativo Circulante-Existências	52 735 346,34	49 002 395,24
Passivo Circulante	104 159 238,94	112 669 137,44
Liquidez Reduzida (LR)	0,506	0,435
Meios Financeiros Líquidos	7 976 245,04	5 559 839,85
Passivo Circulante	104 159 238,94	112 669 137,44
Liquidez Imediata (LI)	0,077	0,049

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre os Fundos Próprios e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2016 e 2017 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

Podemos destacar que o rácio de autonomia financeira de 2016 para 2017 se mantém inalterável, no entanto deverá manter-se uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

Quadro 7 – Rádios de Solvabilidade

Rádios de Solvabilidade	2016	2017
Autonomia Financeira	69,74%	69,72%
Rácio de Solvabilidade	2,30	2,30
Rácio de Solvabilidade Reduzida	5,07	5,44
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	43,39%	43,43%

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é nos possível concluir que o grupo tem reduzido de forma gradual o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Quadro 8 – Rádios de Endividamento

Rádios de Endividamento	2016	2017
Rácio de Endividamento	30,26%	30,28%
Rácio de Endividamento Médio e longo Prazo	45,45%	42,33%
Rácio de Endividamento Curto Prazo	16,51%	17,46%

No que respeita aos indicadores de endividamento a evolução registada vai de encontro aos resultados comprovados anteriormente, verificando-se uma diminuição do rácio de endividamento de médio e longo prazo.

Em termos globais e mediante o conjunto de indicadores selecionados para esta análise financeira é possível concluir-se que a situação financeira do grupo é favorável e equilibrada, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável e de políticas de contenção de custos e de melhoria de eficiência.

5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 195.365.081,95€, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado. Contudo, se ao valor total excluirmos o saldo relativo a acréscimos e diferimentos no valor de 79,6 milhões de euros, verificamos que o total do endividamento é na ordem dos 115,8 milhões de euros.

Código das contas POCAL	Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza	Consolidado
	PASSIVO:	
292	Provisões para riscos e encargos	12 180 844,85
		12 180 844,85
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo	
221	Fornecedores c/c	0,00
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	61 716 316,79
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	138 575,07
264	Administração autárquica	0,00
268	Outros Credores	8 660 207,80
		70 515 099,66
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:	
2311	Empréstimos de curto prazo	10 714 779,14
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00
221	Fornecedores c/c	4 790 718,05
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	2 243 004,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 382 423,94
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	1 700 811,30
2618	Fornecedores de Imobilizado receção e conferência	4 573 097,63
24	Estado e Outros Entes Públicos	1 515 247,07
264	Administração autárquica	0,00
262+263+268+217	Outros Credores	6 143 772,89
		33 063 854,02
	Acréscimos e Diferimentos:	
273	Acréscimos de custos	7 766 818,32
274	Proveitos diferidos	71 838 465,10
		79 605 283,42
	Total do Passivo	195 365 081,95

Não obstante, a dívida total do Município de Braga, apurada nos termos do art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende a 45.916.062€, conforme extrato da Ficha do Município (prestação de contas 2017) extraído do SI/AL:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.P art	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
110 820 075	01/01/2017						
	53 019 549	310 634	53 330 182	48 063 621		62 756 455	12 551 291
	31/12/2017						
	50 349 023	531 580	50 880 603	45 916 062		64 904 013	12 980 803
	Variação da Dívida %						-4,47%
	Variação do Excesso da Dívida %						
	Margem Disponível por Utilizar						14 698 849

A discrepância evidenciada nos quadros anteriores resulta dos diferentes perímetros relevantes para o respetivo apuramento.

Desta forma, o Município de Braga apresenta uma situação financeira equilibrada uma vez que a dívida total não ultrapassa o limite legalmente estabelecido, 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6.1. Balanço Consolidado

Código das Contas	ACTIVO	Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	26 848 219,17	859 320,04	25 988 899,13	26 539 392,67
452	Edifícios	3 848 833,65	1 227 557,51	2 621 276,14	2 804 500,98
453	Outras construções e infra-estruturas	242 568 030,77	157 619 195,84	84 948 834,93	88 011 169,49
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público			0,00	138 023,12
445	Imobilizações em Curso	5 489 019,04		5 489 019,04	17 030,90
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0,00	0,00
		278 754 102,63	159 706 073,39	119 048 029,24	117 510 117,16
	Imobilizações Incorpóreas			0,00	0,00
431	Despesas de instalação			0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	55 241,96	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos			0,00	0,00
443	Imobilizações em curso			0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0,00	0,00
		55 241,96	55 241,96	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	95 037 436,97	442,16	95 036 994,81	90 834 392,20
422	Edifícios e outras construções	264 106 839,16	41 920 903,57	222 185 935,59	208 891 855,37
423	Equipamento básico	184 222 500,79	85 571 377,67	98 651 123,12	100 915 269,87
424	Equipamento de transporte	9 323 411,31	7 368 615,56	1 954 795,75	1 366 628,56
425	Ferramentas e utensílios	769 058,83	604 215,09	164 843,74	70 465,63
426	Equipamento administrativo	11 363 222,85	9 923 556,81	1 439 666,04	1 193 240,71
427	Taras e vasilhame	20,38	20,38	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	2 341 557,11	1 790 505,55	551 051,56	565 541,89
442	Imobilizações em curso	29 919 745,72		29 919 745,72	29 394 784,02
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			0,00	0,00
		597 083 793,12	147 179 636,79	449 904 156,33	433 232 178,25
	Investimentos Financeiros				
411	Partes capital	13 728 790,31		13 728 790,31	12 606 921,81
412	Obrigações e títulos de participação	3 895 485,69		3 895 485,69	3 895 485,69
414	Investimentos em imóveis	11 516 547,46	2 795 750,83	8 720 796,63	10 135 727,08
415	Outras aplicações financeiras	13 948,48		13 948,48	9 015,90
441	Imobilizações em curso	47 601,00		47 601,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0,00	35 329,40
		29 202 372,94	2 795 750,83	26 406 622,11	26 682 479,88
	CIRCULANTE:				

	Existências:			849 935,41	849 935,41	795 031,51
36	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo				0,00	0,00
35	Produtos e trabalhos em curso				0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios			3 461,70	3 461,70	4 051,87
32	Mercadorias				0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras			853 397,11	0,00	853 397,11
						799 083,38
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos: (a)			0,00	0,00	0,00
268	Outros devedores			0,00		0,00
						0,00
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				0,00	0,00
28	Empréstimos concedidos			4 268 580,35	4 268 580,35	4 165 466,27
211	Clientes c/c			44 039,08	44 039,08	280 983,99
212	Contribuintes c/c				0,00	630 393,20
213	Utentes c/c			6 099 206,18	5 889 420,04	209 786,14
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento			1 202,60	1 202,60	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores				0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			1 050 563,17	1 050 563,17	1 151 422,11
24	Estado e outros entes públicos				0,00	0,00
264	Administração autárquica			4 260 082,71	80 626,62	4 179 456,09
262+263+267+268	Outros devedores			15 723 674,09	5 970 046,66	9 753 627,43
						12 046 884,66
	Títulos Negociáveis:					
151	Ações			0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação			0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública			0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos			0,00	0,00	0,00
18	Outras Aplicações de Tesouraria			0,00	0,00	0,00
						0,00
	Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras			5 502 440,89	5 502 440,89	7 139 733,27
11	Caixa			57 398,96	57 398,96	836 511,77
				5 559 839,85	0,00	5 559 839,85
						7 976 245,04
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos			31 394 495,54	31 394 495,54	30 475 782,24
272	Custos diferidos			2 294 432,42	2 294 432,42	2 236 434,40
				33 688 927,96	0,00	33 688 927,96
						32 712 216,64
	Total de Amortizações.....				309 736 702,97	
	Total de Provisões.....				5 970 046,66	
	Total do Ativo.....			960 921 349,66	315 706 749,63	645 214 600,03
						630 959 205,01

Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2017	2016
	FUNDOS PRÓPRIOS:	191 459 843,20	189 434 335,59
51	Património	5 147 642,52	4 863 534,35
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		0,00
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:	10 453 790,44	9 977 019,72
571	Reservas legais	50 901,96	16 048,77
572	Reservas estatutárias		0,00
573	Reservas contratuais	389 703,72	389 703,72
574	Reservas livres		0,00
575	Subsídios	1 312 846,51	460 564,10
576	Doações	25 630 067,61	25 630 067,61
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos	174 451 304,63	179 046 968,11
59	Resultados transitados	8 467 478,66	0,00
59	Resultados transitados atribuíveis ao Município	2 882 464,91	1 687 004,23
88	Resultado líquido do exercício	29 603 473,93	28 526 023,44
	Interesses minoritários	449 849 518,08	440 031 269,63
	Total dos fundos próprios.....	449 849 518,08	440 031 269,63
	PASSIVO:	12 180 844,85	1 663 233,28
292	Provisões para riscos e encargos	12 180 844,85	1 663 233,28
	Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo		0,00
221	Fornecedores c/c	61 716 316,79	74 431 957,47
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	138 575,07	9 946 373,59
2611	Fornecedores de imobilizado C/C		0,00
264	Administração autárquica	8 660 207,80	727 132,09
268	Outros Credores	70 515 099,66	85 105 463,15
	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:	10 714 779,14	10 000 161,02
2311	Empréstimos de curto prazo		0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	4 790 718,05	3 500 244,22
221	Fornecedores c/c	2 243 004,00	1 940 901,74
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		0,00
252	Credores pela execução do orçamento	1 382 423,94	1 950 204,87
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 700 811,30	1 791 717,07
2611	Fornecedores de imobilizado C/C	4 573 097,63	
2618	Fornecedores de imobilizado receção e conferência	1 515 247,07	2 134 757,70
24	Estado e Outros Entes Públicos		0,00
264	Administração autárquica	6 143 772,89	5 431 396,41
262+263+268+217	Outros Credores	33 063 854,02	26 749 383,03
	Acréscimos e Diferimentos:	7 766 818,32	6 844 040,66
273	Acréscimos de custos	71 838 465,10	70 565 815,25
274	Proveitos diferidos	79 605 283,42	77 409 855,91
	Total do Passivo.....	195 365 081,95	190 927 935,37
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	645 214 600,03	630 959 205,01

6.2. Demonstração de Resultados Consolidado

Código das Contas		2017	2016
	Custos e Perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	3 751 537,26	6 615,00
	Mercadorias		3 209 961,82
	Matérias		33 303 692,99
62	Fornecimentos e serviços externos:	35 263 862,31	
	Custos com o pessoal:		33 609 506,93
641+642	Remunerações	34 481 402,69	
643 a 648	Encargos sociais	9 172 214,66	42 399 681,09
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	9 534 808,48	9 780 757,03
66	Amortizações do exercício	19 758 965,49	20 019 879,68
67	Provisões do exercício	1 452 398,24	1 428 015,18
65	Outros custos operacionais	2 858 056,74	2 617 496,47
	(A) Custos e Perdas Operacionais	116 273 245,87	112 766 099,26
68	Custos e perdas financeiros	796 401,83	879 034,43
	(C) Custos e Perdas Correntes	117 069 647,70	113 645 133,69
69	Custos e perdas extraordinários	3 611 930,14	6 352 523,70
	(E) Custos e Perdas do Exercício	120 681 577,84	119 997 657,39
88	Resultado líquido do exercício	5 940 060,46	4 578 414,77
	(X)	126 621 638,30	124 576 072,16
	Proveitos e Ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		9 720,50
7111	Venda de mercadorias		7 730 095,32
7112+7113	Venda de produtos	8 005 175,98	
712	Prestações de serviços	31 389 325,74	34 753 450,16
72	Impostos e taxas	39 394 501,72	42 493 265,98
(a)	Variação da produção	48 536 791,87	44 268 422,15
75	Trabalhos para a própria entidade		0,00
73	Proveitos suplementares	709 388,10	1 582 418,89
74	Transferências e subsídios obtidos	198 146,04	160 310,90
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	30 191 473,90	29 588 747,29
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	119 110 474,64	118 093 165,21
78	Proveitos e ganhos financeiros	3 225 586,63	308 220,76
	(D) Proveitos e Ganhos Financeiros	122 336 061,27	118 401 385,97
79	Proveitos extraordinários	4 285 577,03	6 174 686,19
	(F) Proveitos Totais	126 621 638,30	124 576 072,16
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	2 837 228,77	5 327 065,95
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	2 429 184,80	-570 813,67
	Resultados Correntes: (D - C)	5 266 413,57	4 756 252,28
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	5 940 060,46	4 578 414,77
	Interesses Minoritários	-3 057 595,55	-2 891 410,54
	Resultado Líquido do Exercício após Interesses Minoritários	2 882 464,91	1 687 004,23

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou

subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

De acordo com informação da empresa participada AGERE, o prazo de concessão da BRAVAL termina em 2021, encontrando-se atualmente a aguardar a resposta ao pedido de renovação da concessão.

Após obtenção da referida renovação, a AGERE começará o processo de reorganização societária e da detenção da participação financeira da BRAVAL, de acordo com todos os normativos aplicáveis, tendo já desencadeado o processo de avaliação da mesma, para o efeito.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Não aplicável.

1.4) Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias

Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício

Categoria	N.º de Funcionários	TUB	Investbraga	Bragahabit	Agere	Teatro Circo	Município
Dirigente Superior	7	0	0	1	2	1	3
Dirigente Intermédio	54	0	5	0	16	4	29
Técnico Superior	214	9	6	18	36	8	137
Assistente Técnico	360	18	10	14	57	13	248
Assistente Operacional	1595	312	12	3	407	3	858
Bombeiros	88	0	0	0	0	0	88
Informática	16	1	0	1	3	0	11
Polícia Municipal	41	0	0	0	0	0	41
Outros	27	0	0	0	0	0	27
Total	2402	340	33	37	521	29	1442

1.5) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, custos e perdas e de proveitos e ganhos. Foi eliminada a quantia

escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do capital próprio do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, custos e perdas e proveitos e ganhos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

2.1) - Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável.

2.2) - Afastamento da aplicação das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

O Município de Braga aplica o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e as empresas municipais aplicam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, o que dificulta a harmonização das operações, critérios e políticas contabilísticas, como ocorre com as amortizações/depreciações e provisões ao abrigo do SNC/Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro – Regime de Reintegrações e Amortizações.

III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
411		11 014 630,48
551	18 333 678,56	7 890 889,05
7821	3 280 910,20	
6821		1 144 010,88
59	611 287,54	2 176 345,89
TOTAL	22 225 876,30	22 225 876,30

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
59	9 661 480,92	
211		1 359 792,10
221	115 537,74	
228	1 193 035,84	
264	770 103,45	425 000,00
268	8 892 478,66	20 874 962,41
74	1 693 150,00	
576		0,00
55	333 967,90	
TOTAL	22 659 754,51	22 659 754,51

ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
62		1 896 808,39
63		7 723 542,15
66	9 800,98	1 014,45
69		971 301,94
712	2 297 058,15	
721	82,40	
74	7 322 097,74	
76	1 579,66	
421	1 109 949,35	450 000,00
422	453 465,28	973 900,00
48	1 014,45	151 913,67
57	973 900,00	
59	2 807,47	3 274,88
TOTAL	12 171 755,48	12 171 755,48

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
51 (Interesses Minoritários)	19 110 000,00	
51 (Elim. participações financeiras)	39 315 000,00	
55	5 384 909,06	
571	1 988 277,62	
572	48 905,80	
574	4 159,07	
59	9 626,82	
51		
Interesses Minoritários (Resultados)	3 057 595,55	
Interesses Minoritários (Balanço)		29 603 473,93
411		39 315 000,00
TOTAL	68 918 473,93	68 918 473,93

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas, o montante reconhecido em resultados do exercício e resultados transitados, decorrentes de indemnizações compensatórias, na participada AGERE no montante de 11.034.493,73 euros, em virtude de não estarem visadas pelo Tribunal de Contas e assim não serem passíveis de reconhecimento pelo Município de Braga.

3.2) - Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não aplicável.

3.3) – Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

3.4) – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não aplicável.

3.5) – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

Não aplicável.

3.6) – Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não aplicável.

3.7) – Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não aplicável.

3.8) – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Mapa de endividamento consolidado de médio e longos prazos (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

	Conta Patrimonial	Entidade Credora	N.º Empréstimo	Valor Contratado	Data de Vencimento	Capital em dívida 31/12/2016	Capital Amortizado no Período	Capital em dívida 31/12/2017
Município	2311111	Santander Totta		5 000 000,00 €	31/12/2015	- €	- €	- €
	23121127	BBVA	978660000347	15 000 000,00 €	26/06/2023	5 833 333,34 €	833 333,32 €	5 000 000,02 €
	23121123	BPI	3088448830003	15 000 000,00 €	14/01/2023	6 224 953,65 €	940 353,40 €	5 284 600,25 €
	23121125	BTB	6623/00071504096	5 000 000,00 €	06/01/2023	1 805 555,53 €	277 777,78 €	1 527 777,75 €
	23121126	DEXIA	39150023	20 000 000,00 €	03/05/2022	6 486 486,50 €	1 081 081,08 €	5 405 405,42 €
	23121124	BTB	0000/30090210501	19 903 831,77 €	22/03/2022	6 081 726,27 €	1 105 768,44 €	4 975 957,83 €
	23121121	C.G.D.	PT00350171003265791	6 234 973,71 €	20/05/2019	835 986,55 €	313 494,96 €	522 491,59 €
	23121122	BFB/BPI	8238788830002	2 992 787,38 €	18/09/2022	881 517,82 €	146 827,10 €	734 690,72 €
	23121111	C.G.D.	PT00350171003310691	14 963 936,91 €	31/07/2021	5 478 737,90 €	1 094 707,20 €	4 384 030,70 €
	23123111	DGTF	0030E148492009.01	1 803 252,00 €	02/07/2019	901 626,00 €	360 650,40 €	540 975,60 €
	23121114	BBVA	97148000258	1 865 000,00 €	03/12/2019	606 125,00 €	186 500,00 €	419 625,00 €
	25111121	Banco Popular Portugal, SA	050-00402-83	170 000,00 €	16/08/2018	- €	- €	90 000,00 €
	25111122	Caixa Geral de Depósitos	9015.008700.892	170 000,00 €	20/10/2018	- €	- €	40 000,00 €
	2511101	BANCO CREDIBOM	10001823966	8 299,80 €	11/09/2019	4 986,37 €	1 683,08 €	3 303,29 €
AGRE	251141	Banco BPI, SA	6-4191776-000-001	5 000,00 €		67,03 €	- €	303,69 €
	2511101 / 2511201	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.	171003314991	2 743 388,43 €	06/04/2021	911 000,37 €	330 507,86 €	580 492,51 €
	2511102 / 2511202	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	116535811	50 000 000,00 €	27/06/2031	35 227 272,67 €	4 545 454,55 €	30 681 818,12 €
	2511109 / 2511209	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	234849621	1 000 000,00 €	28/06/2017	- €	- €	- €
	2511110 / 2511210	MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	407-36.003518-9	10 000 000,00 €	23/10/2019	- €	- €	- €
	2511111 / 2511211	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	308718487096	1 000 000,00 €	13/11/2018	818 455,98 €	578 829,83 €	239 626,15 €
	2511112 / 2511212	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440014644	5 000 000,00 €	21/10/2019	8 764 048,27 €	5 910 248,18 €	2 853 800,09 €
	2511113 / 2511213	BANCO SANTANDER TOTTA S.A.	309752683096	2 500 000,00 €	18/06/2020	2 276 719,52 €	1 001 183,32 €	1 275 536,20 €
	2511114 / 2511214	BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.	0046-0125 0440017515	5 000 000,00 €	19/06/2020	8 792 266,04 €	5 639 254,19 €	3 153 011,85 €
	2511115 / 2511215	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	261157961	1 000 000,00 €	30/06/2020	873 061,96 €	345 412,82 €	527 649,14 €
	2511111	Caixa Geral Depósitos (1)	9015/008159/992	1 500 000,00 €	01/06/2017	1 200 000,00 €	300 000,00 €	- €
	2511111	Caixa Geral Depósitos (2)	9015/008656/792	1 500 000,00 €	16/06/2018	0,00 €	480 000,00 €	1 020 000,00 €
	2511121	Millennium BCP (1)	45465514469	1 000 000,00 €	01/06/2017	1 000 000,00 €	0,00 €	- €
	2511121	Millennium BCP (2)	45506848885	1 400 000,00 €	14/06/2018	0,00 €	280 000,00 €	1 120 000,00 €
TUB	2511131	Montepio Geral (2)	038-30.100146-7	200 000,00 €	14/07/2018	0,00 €	200 000,00 €	- €
	2511141	Banco BPI (2)	5512138-035-001	1 000 000,00 €	19/06/2018	0,00 €	250 000,00 €	750 000,00 €
	2511171	Banco Popular (1)	050-00140-10	1 500 000,00 €	27/05/2017	1 030 000,00 €	470 000,00 €	- €
	2511171	Banco Popular (2)	050-00376-25	2 000 000,00 €	30/05/2018	0,00 €	700 000,00 €	1 300 000,00 €
	2511181	Novo Banco (1)	0002 2491 0603	1 000 000,00 €	26/06/2017	250 000,00 €	750 000,00 €	- €
	2511181	Novo Banco (2)	1617000034238	1 400 000,00 €	26/06/2018	0,00 €	1 400 000,00 €	- €
	TOTAL			196 460 470,00 €		96 283 926,77 €	29 523 067,51 €	72 431 095,92 €

V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

5.2 – Mapa de fluxos de caixa consolidado (Portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		7 976 245,04 €	Despesas orçamentais		152 733 277,33 €
Execução orçamental	5 492 173,19 €		Correntes	108 110 878,56 €	
Operações de tesouraria	2 484 071,85 €		Capital	44 622 398,77 €	
Receitas orçamentais		150 062 395,28 €	Operações de tesouraria	5 629 734,98 €	5 629 734,98 €
Correntes	131 246 792,90 €				
Capital	18 740 612,46 €				
Outras	74 989,92 €				
Operações de tesouraria	5 884 211,84 €	5 884 211,84 €	Saldo para a gerência seguinte		5 559 839,8 5€
			Execução orçamental	2 821 291,14 €	
			Operações de tesouraria	2 738 548,71 €	
Total		163 922 852,16 €	Total		163 922 852,16 €

Aos valores apresentados não foram retirados os fluxos de pagamentos e recebimentos relativos a operações recíprocas, não obstante, o saldo para a gerência seguinte não é influenciado.

VI- Informações relativas a compromissos

6.1 – Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

6.2 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionado expressamente as garantias reais:

Natureza	Descrição	Prestada a favor	Valor em dívida em 31/12/2017
	Garantia para recuperação ambiental relativa ao contrato de concessão de captação de água - Ponte do Bico	Banco Santander Totta, S.A.	21 970,00 €
	Garantia de licença para ampliação da rede de drenagem de abastecimento de água - drenagem de águas residuais em vários troços de EE.NN	Banco Santander Totta, S.A.	49 770,00 €
	Garantia da responsabilidade civil ambiental da TUB, EM, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07	Banco Comercial Português, SA	5 000,00 €
			76 740,00 €

VII- Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 – Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.

a) Imobilizado

Nos termos do disposto no ponto 4.1. do POCAL, o ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição (somatório do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (somatório dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem). Quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considera-se o valor resultante da avaliação efetuada por técnicos ou o valor patrimonial tributário determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou, na sua ausência, o valor resultante da simulação do valor patrimonial disponível no sítio do Portal das Finanças.

Quanto às amortizações, foram praticadas as taxas permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprovou o CIBE-CADASTRO E INVENTÁRIO DOS BENS DO ESTADO e o DL 25/2009 – Regime de Depreciações e Amortizações.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição e valorizados pelo método da equivalência patrimonial para entidades em que o município detém influência significativa.

c) Existências

Foram valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, em que ambos os custos são determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado conforme descrito no ponto a).

O método de custeio de saída de armazém adotado foi o custo médio ponderado.

d) Dívidas de e a terceiros

Foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as denominam.

e) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

f) Especialização do exercício

Os seus custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização no exercício a que dizem respeito.

7.2) – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não aplicável.

VIII – Informações relativas a determinadas rubricas**8.1) – Despesas de Instalação e Despesas de investigação e de desenvolvimento**

Não aplicável.

MAPA ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

RUBRICAS		SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	29 724 305,60	-733 868,26	137 459,65	0,00	26 874,95	29 154 771,94
411	Partes de capital	12 865 274,79	863 515,52	0,00	0,00	0,00	13 728 790,31
412	Obrigações e títulos de participação	3 895 485,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 895 485,69
414	Investimentos em imóveis	12 954 529,22	-1 595 909,96	131 053,25	0,00	26 874,95	11 516 547,46
415	Outras aplicações financeiras	9 015,90	-1 473,82	6 406,40	0,00	0,00	13 948,48
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	545 154 468,01	-2 194 580,85	18 223 588,87	256 437,28	6 237 008,65	567 164 047,40
421	Terrenos e recursos naturais	91 993 578,51	-915 700,34	3 044 979,51	17 067,18	931 646,47	95 037 436,97
422	Edifícios e outras construções	250 610 146,72	-1 147 854,69	10 921 578,21	0,00	3 722 968,92	264 106 839,16
423	Equipamento básico	180 466 396,92	-5 533,88	2 332 860,17	195 244,06	1 624 021,64	184 222 500,79
424	Equipamento de transporte	8 223 078,94	-7 644,24	1 107 976,61	0,00	0,00	9 323 411,31
425	Ferramentas e utensílios	636 204,50	-6 974,99	139 829,32	0,00	0,00	769 058,83
426	Equipamento administrativo	10 932 304,41	-89 566,44	606 239,30	44 126,04	-41 628,38	11 363 222,85
427	Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	0,00	0,00	20,38
429	Outras imobilizações corpóreas	2 292 737,63	-21 306,27	70 125,75	0,00	0,00	2 341 557,17
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	55 241,96	0,00	0,00	0,00	0,00	55 241,96
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	0,00	0,00	0,00	0,00	55 241,96
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	29 447 144,32	-1 759 559,65	19 001 146,41	0,00	-11 232 365,32	35 456 365,76
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros	0,00	0,00	47 601,00	0,00	0,00	47 601,00
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	29 394 784,02	-4 706 864,29	12 948 186,18	0,00	-7 716 360,19	29 919 745,72
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	17 030,90	2 982 634,04	6 005 359,23	0,00	-3 516 005,13	5 489 019,04
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiro	35 329,40	-35 329,40	0,00	0,00	0,00	0,00
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	269 132 427,88	-406 306,66	866 208,27	0,00	3 672 754,10	273 265 083,59
451	Terrenos e recursos naturais	26 539 392,67	86 257,19	222 569,31	0,00	0,00	26 848 219,17
452	Edifícios	3 870 504,27	-21 670,62	0,00	0,00	0,00	3 848 833,65
453	Outras construções e infraestruturas	238 584 507,82	-332 870,11	643 638,96	0,00	3 672 754,10	242 568 030,77
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	138 023,12	-138 023,12	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		873 513 587,77	-5 094 315,42	38 228 403,20	256 437,28	-1 295 727,62	905 095 510,65

8.2) – Movimentos corridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	295 343 026,18	19 624 822,75	-5 231 145,96	309 736 702,97
481 De Investimentos em Imóveis	2 818 802,14	0,00	-23 051,31	2 795 750,83
4811 Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4812 Edifícios e outras construções	2 818 802,14	0,00	-23 051,31	2 795 750,83
482 De Imobilizações corpóreas	140 829 660,46	10 988 328,04	-4 638 351,71	147 179 636,79
4821 Terrenos e recursos naturais	439,05	13,29	-10,18	442,16
4822 Edifícios e outras construções	42 389 625,29	3 639 093,05	-4 107 814,77	41 920 903,57
4823 Equipamento básico	79 614 897,70	6 304 603,70	-348 123,73	85 571 377,67
4824 Equipamento de transporte	6 856 450,38	522 277,32	-10 112,14	7 368 615,56
4825 Ferramentas e utensílios	565 738,87	45 973,60	-7 497,38	604 215,09
4826 Equipamento administrativo	9 675 293,05	389 979,81	-141 716,05	9 923 556,81
4827 Taras e vasilhame	20,38	0,00	0,00	20,38
4829 Outras imobilizações corpóreas	1 727 195,74	86 387,27	-23 077,46	1 790 505,55
483 De Imobilizações incorpóreas	55 241,96	0,00	0,00	55 241,96
4831 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
4832 Despesas de investigação e de desenvolvimento	55 241,96	0,00	0,00	55 241,96
4833 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
485 De bens de domínio público	151 639 321,62	8 636 494,71	-569 742,94	159 706 073,39
4851 Terrenos e recursos naturais	0,00	177 575,07	681 744,97	859 320,04
4852 Edifícios	1 066 003,29	172 171,44	-10 617,22	1 227 557,51
4853 Outras construções e infraestruturas	150 573 318,33	8 286 748,20	-1 240 870,69	157 619 195,84
4855 Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
4859 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
491 Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
492 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
493 ...	0,00	0,00	0,00	0,00
495 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	295 343 026,18	19 624 822,75	-5 231 145,96	309 736 702,97

8.3) – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável.

8.4) – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não aplicável.

8.5) - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado:

Não aplicável.

8.6) - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

Não aplicável.

8.7) - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:

Não aplicável.

8.8) - Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:

Não aplicável.

8.9) - Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:

Não aplicável.

8.10) - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Designação	Mercado interno	Mercado externo
Vendas	8 005 175,98 €	0,00 €
Prestações de Serviços	31 382 050,83 €	7 274,91 €
Total	39 387 226,81 €	7 274,91 €

8.11) - Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. das instruções “Consolidação de Contas pelos Municípios” providas do SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

8.12) - Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.

8.13) - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

	Nome	Direção/Administração		
		Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade
TUB	Firmino José Rodrigues Marques	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
	José António Baptista da Costa	Vogal do Conselho de Administração	27 201,88 €	01-01-2017 a 14-11-2017
	Teotónio Luis Vieira Andrade dos Santos	Vogal do Conselho de Administração	29 295,70 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Sandra Cristina Leitão Cerqueira	Vogal do Conselho de Administração	3 797,94 €	15-11-2017 a 31-12-2017
			60 295,52 €	
Investbraga	Carlos Nuno Alves de Oliveira	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Humberto António Ferreira Carlos	Administrador Executivo	43 813,25 €	01-01-2017 a 31-10-2017
	Carlos Duarte Oliveira e Silva	Administrador Executivo	7 478,23 €	01-11-2017 a 31-12-2017
	Altino Bernardo Lemos Bessa	Administrador	- €	01-01-2017 a 31-10-2017
	Emília de Fátima de Oliveira Vieira	Vogal do Conselho de Administração	- €	01-11-2017 a 31-12-2017
			51 291,48 €	
Bragahabit	Miguel Sopas de Melo Bandeira	Presidente do Conselho de Administração	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Vitor Manuel Esperança Ribeiro	Administrador Executivo	29 178,83 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Nuno Gil de Oliveira Dias	Vogal do Conselho de Administração	- €	01-01-2017 a 08-11-2017
	Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado	Vogal do Conselho de Administração	- €	09-11-2017 a 31-12-2017
			26 803,88 €	
Agere	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente não executivo	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
	António Jorge Almeida Silva	Administrador Executivo	29 036,53 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Rui Manuel Sá Moraes	Administrador Executivo	29 004,93 €	01-01-2017 a 31-12-2017
			58 041,46 €	
Teatro Circo	Cláudia Teixeira Leite	Vogal (membro executivo)	28 902,66 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente (membro não executivo)	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Lídia Brás Dias	Vogal (membro não executivo)	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
			28 902,66 €	
Município	Ricardo Bruno Antunes Machado Rio	Presidente	37 562,01 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Firmino José Rodrigues Marques	Vereador	28 429,29 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Lídia Brás Dias	Vereadora	29 759,57 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Maria Sameiro Macedo Araújo	Vereadora	29 158,59 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Altino Bernardo Lemos Bessa	Vereador	28 967,24 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	Miguel Sopas Melo Bandeira	Vereador	34 138,50 €	01-01-2017 a 31-12-2017
	João Vasconcelos Barros Rodrigues	Vereador	6 725,08 €	12-10-2017 a 31-12-17
	Hugo Alexandre Polido Pires	Vereador	- €	01-01-2017 a 11-10-17

Palmira Maciel Fernandes da Costa	Vereadora	- €	01-01-2017 a 11-10-17
João Gilberto Dias Sousa	Vereador	- €	01-01-2017 a 11-10-17
Liliana Angélica Costa Matos Pereira	Vereadora	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
Jorge Miguel de Assis Caldeira Cruz Corais	Vereador	- €	12-10-2017 a 31-12-17
Artur Jorge de Oliveira Feio	Vereador	- €	12-10-2017 a 31-12-17
Alberto Carlos Carvalho de Almeida	Vereador	- €	01-01-2017 a 31-12-2017
		188 015,20 €	
TOTAL		413 350,20 €	

8.14) - Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável.

8.15) - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável.

8.16) - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não aplicável.

8.17) - Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros Suportados	733 543,59 €	875 816,46 €	781	Juros Obtidos	42 775,88 €	5 901,84 €
682	Perdas em Entidades Participadas	- €	- €	782	Ganhos em Entidades Participadas	68 940,23 €	180 023,79 €
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	- €	- €	783	Rendimentos de Imóveis	2 867 241,43 €	- €
684	Provisões para Aplicações Financeiras	- €	- €	784	Rendimentos de Participações de Capital	2 490,02 €	- €
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	- €	- €
687	Perdas na Alienação de Aplicações	- €	- €	786	Desconto de Pronto Pagamento Obtidos	78 484,72 €	76 038,44 €
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	62 858,24 €	3 217,97 €	787	Ganhos na Alienação de Aplicações	- €	- €
	Resultados Financeiros	2 429 184,80 €	-570 813,67 €	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	165 654,35 €	46 256,69 €
				789	Reposições	- €	- €
		3 225 586,63 €	308 220,76 €			3 225 586,63 €	308 220,76 €

8.18) - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de Capital Concedidas	1 935 040,06 €	1 111 284,48 €	791	Restituição de Impostos	- €	300,93 €
692	Dívidas Incobráveis	24 450,91 €	- €	792	Recuperação de Dívidas	- €	1 803,06 €
693	Perdas em Existências	151 539,78 €	21 021,21 €	793	Ganhos em Existências	103 620,49 €	507 924,32 €
694	Perdas em Imobilizações	943 827,44 €	4 365 108,71 €	794	Ganhos em Imobilizações	115 150,75 €	701 351,81 €
695	Multas e Penalidades	24 559,46 €	15 443,86 €	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	108 512,47 €	554 409,05 €
696	Aumento de Amortizações e de Provisões	- €	8 990,17 €	796	Reduções de Amortizações e de Provisões	443 992,45 €	134 756,51 €
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	249 045,02 €	623 737,34 €	797	Correções relativas a Exercícios Anteriores	152 308,73 €	2 703 810,79 €
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	283 467,47 €	99 666,92 €	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	3 361 992,14 €	1 570 329,72 €
	Resultados Extraordinários	673 646,89 €	-70 566,50 €				
		4 285 577,03 €	6 174 686,19 €			4 285 577,03 €	6 174 686,19 €

O saldo da conta 797 – correções relativas a exercícios anteriores – não é comparável com o exercício anterior por força do ajustamento efetuado ao nível da matriz de conversão do normativo contabilístico SNC – POCAL.

8.19) - Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	4 390 621,46	1 755 340,83	175 915,63	5 970 046,66
292	Provisões para riscos e encargos	1 663 233,28	10 841 310,64	323 699,07	12 180 844,85
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20) - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

	Designação dos Bens	Valor Aquisição	Amortização Capital	Valor em Dívida
Agere	Contrato nº CP DCI (Contadores/Emissores)	1 648 800,00 €	1 648 800,00 €	0,00 €
	Contrato nº 200060 - 6 viaturas p/recolha	1 073 277,72 €	969 474,64 €	103 803,08 €
	Contrato nº 201040 (18-NL-02)	22 299,90 €	21 859,31 €	440,59 €
	Contrato nº 202403 (74-NS-29)	107 625,00 €	96 001,54 €	11 623,46 €
	Contrato nº 203238 (23-OC-05)	72 995,58 €	60 074,86 €	12 920,72 €
	Contrato nº 203303 (01-NO-82)	125 938,33 €	103 684,81 €	22 253,52 €
	Contrato nº 203469 (Enemeter - contadores e outros)	564 324,00 €	455 103,55 €	109 220,45 €
	Contrato nº 2057976 (35-LM-05)	191 572,50 €	191 572,50 €	0,00 €
	Contrato nº 2059413 (10 viaturas)	207 010,23 €	207 010,23 €	0,00 €
	Contrato nº 58 100 (49-LV-88)	45 799,05 €	45 799,05 €	0,00 €
	Contrato 30037144 (68-LV-30)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037142 (68-LV-32)	22 000,00 €	22 000,00 €	0,00 €
	Contrato 30037141 (05-MC-15)	26 937,00 €	26 937,00 €	0,00 €
	Contrato nº 038.44.000080-0 (82-ND-74)	22 140,00 €	22 140,00 €	0,00 €
	Contrato nº 639/03/2014 (contadores)	564 324,00 €	417 902,42 €	146 421,58 €
	Contrato nº 540-0746299 (56-OL-09)	168 530,10 €	124 674,11 €	43 855,99 €
	Contrato nº 540-0746334 (56-OL-11)	127 853,99 €	94 582,92 €	33 271,07 €
	Contrato nº 540-0746335 (04-OM-71)	240 792,59 €	178 131,92 €	62 660,67 €
	Contrato nº 540-0746336 (61-OL-25)	79 500,00 €	58 811,98 €	20 688,02 €
	Contrato nº 540-0746337 (61-OL-27)	44 649,98 €	33 030,80 €	11 619,18 €
	Contrato nº 540-0746338 (61-OL-26)	46 650,00 €	34 510,53 €	12 139,47 €
	Contrato nº 10026771 (5)	141 219,25 €	71 314,28 €	69 904,97 €
The City of Braga	Equipamento de Som	525 547,40 €	525 547,40 €	0,00 €
Braga Habit	Contrato nº 10084598-Computadores	12 114,95 €	8 823,92 €	3 291,03 €
	Contrato nº 10084599-Servidor HP Proliant	7 859,50 €	5 720,15 €	2 139,35 €
TUB	Autocarros (93-EO-56,57,58,59)	550 851,40 €	550 686,20 €	165,20 €
	Autocarros (93-EO-60)	137 712,85 €	81 879,25 €	55 833,60 €
	Autocarros (08-FT-99; 09-FT-00;01;02;03)	688 513,15 €	688 513,15 €	0,00 €
	Total	7 488 838,47 €	6 766 586,52 €	722 251,95 €

8.21) - Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável.